



Campanha de Agamenon Magalhães para o Governo do Estado de Pernambuco. Tabira, 1950.

CAPÍTULO IV

A CONSOLIDAÇÃO DO PESSEDISMO EM PERNAMBUCO (1945 — 1952)

1. AS ELEIÇÕES DE 1945: A PRIMEIRA VITÓRIA DO PSD

Com a deposição de Vargas em 29 de outubro de 1945 uma série de transformações ocorrem na política brasileira. Em Pernambuco o interventor Etelvino Lins é substituído pelo desembargador José Neves, presidente do Tribunal de Apelação do Estado. Este toma posse a 4 de novembro, e sua nomeação é vista inicialmente de forma satisfatória pelas diversas correntes políticas. José Neves era um antigo juiz da capital pernambucana sem maiores vinculações partidárias, tendo assumido publicamente o compromisso de manter uma política de neutralidade face ao pleito eleitoral.

Entretanto, as insatisfações por parte do grupo vinculado ao Estado Novo iniciam-se ainda no mês de novembro, quando o interventor, respaldado no decreto-lei no. 8188, substitui por juizes de direito os prefeitos de numerosos municípios. ¹ Ao todo, essas substituições da ordem de 26 municípios, alguns de forte potencial eleitoral, representam uma cunha na articulação pessedista, já que era este o partido detentor do controle da máquina político-administrativa. Conforme havíamos visto anteriormente, uma das preocupações centrais da elite estadonovista havia sido ganhar os prefeitos e os chefes políticos do interior para o esquema do PSD.

Apesar do decreto-lei no. 8188 vir um pouco tardiamente, ou seja, a menos de 15 dias das eleições presidenciais, a sua intenção era bastante clara. Segundo o seu artigo 1o., "são afastados do exercício dos seus cargos, desde a data da presente lei até 3 de dezembro do corrente ano, todos os prefeitos municipais

que eram, no mês de outubro último, membros de "diretórios locais de partidos políticos". 2

Finalmente, em 2 de dezembro de 45 são realizadas as eleições para presidente da República e para o Congresso Nacional.

QUADRO VI

RESULTADO DAS ELEIÇÕES PRESIDENCIAIS DE 02-12-1945 PERNAMBUCO

Candidatos	Em números absolutos Total	Em %		
		Grande Recife	Mata	Agreste/Sertão
Eurico Gaspar Dutra (PSD)	126.804	25,3	51,0	62,6
Eduardo Gomes (UDN)	93.158	33,4	37,7	36,1
Fiúza (PCB)	43.073	40,3	11,3	1,3
Rolim Teles	8			16,4
TOTAL	263.035	100	100	100

Fonte: *Dados do Tribunal Regional Eleitoral. In LAVAREDA, José Antônio, 1980, p. 43.*

Conforme podemos observar nos quadros VI, VII e VIII, o PSD é o grande vencedor nas eleições de dezembro de 45. Obtém a maioria da votação para presidente da República, elege os dois únicos senadores do Estado e, do ponto de vista da Câmara Federal, elege 10 deputados, fazendo uma bancada numericamente superior à soma de todos os demais partidos do Estado. O ex-interventor Agamemnon Magalhães é o deputado mais votado do PSD (13.532 votos), obtendo entretanto uma quantidade de votos um pouco inferior ao udenista João Cleofas de Oliveira (14.491) e ao comunista Gregório Bezerra (14.341 votos). 3

A UDN recebe a segunda colocação, mas sua quantidade de votos é bem inferior à do PSD: não faz nenhum senador e só consegue eleger 4 deputados. No

QUADRO VIII

RESULTADO DAS ELEIÇÕES PARA SENADOR DE 2-12-1945 PERNAMBUCO

Partidos	Candidatos	No. de votos	Eleitos
PSD	Novaes Filho Etelvino Lins	118.918 111.154	2
UDN	Padre Félix Barreto Júlio Albuquerque	76.164 65.627	—
PCB	Luís Carlos Prestes Agostinho Dias	49.244 48.239	—
PR	Nadir Toledo Cabral Dorival Galindo	11.561 5.490	—
PTB	Getúlio Vargas Segadas Viana	7.095 1.930	—
TOTAL			2

Fonte: *Mapas eleitorais e Atas do TRE In LAVAREDA, José Antônio, 1980.*

caso da votação para presidente da República a sua diferença, para o PSD é bem menos acentuada.

Entretanto, o PSD, apesar de ser o grande vencedor, demonstrava muita fraqueza na capital do Estado. O principal inimigo do Estado Novo — o comunismo —, tremendamente perseguido durante todo o regime autoritário e, segundo informações oficiais, "totalmente sob controle das autoridades policiais", conquista enorme vitória no Recife. O candidato pelo Partido Comunista à presidência da República, Yedo Fiúza, foi o mais votado no Recife.

Para o Partido Comunista, as "parteiças" do interior estão totalmente cerradas. Entretanto, a expressão que este partido consegue em Pernambuco é surpreendente. Diferentemente do que ocorre na maioria dos estados da Federação, onde o terceiro partido mais votado é o PTB, em Pernambuco este lugar é conquistado pelo PCB. Elegendo três deputados federais ele atinge 16,2% da votação para a Câmara Federal, e apenas 2,4% cabem ao PTB. Este, além de não fazer nenhum deputado, obtém a 7a. colocação, recebendo menos votos que o PDC e o PR.

QUADRO VIII

RESULTADO DAS ELEIÇÕES PARA A CÂMARA FEDERAL DE 2-12-1945
PERNAMBUCO

Partidos	Votação	%	No. de Cadeiras
PSD	106.393	41,1	7 + 3 = 10
UDN	63.966	24,7	4
PCB	42.013	16,2	3
PDC	18.060	7,1	1
PR	14.747	5,7	1
PTB	6.280	2,4	—
PRP	3.973	1,5	—
PRD	3.400	1,3	—
TOTAL	258.832	100	19

Fontes: *Mapas eleitorais e Atas do TRE*
In LAVAREDA, José Antônio, 1980.

A grande vitória do PSD se dá no Agreste e Sertão, regiões controladas pelos famosos "coronéis" do interior. Aliados fiéis de Agamenon Magalhães desde o Estado Novo, os "coronéis" terão um papel fundamental em todas as sucessivas vitórias do pessedismo. A UDN consegue nesta região alguma penetração, face às disputas entre as lideranças locais, mas sua votação é bem inferior à do PSD.

Na Zona da Mata, região dos engenhos e usinas, o PSD também obtém maior votação que a UDN. Esta, apesar de apoiada pela maioria dos usineiros, fica em segundo lugar. Em parte, isto se deve ao fato do PSD ter conseguido aglutinar, nesta fase inicial da democratização, elementos significativos dos fornecedores de cana e banqueiros, setores que detinham nesta região um maior controle do eleitorado.⁴

No cômputo geral, o PSD sai deste primeiro teste eleitoral bastante fortalecido e preparado para enfrentar a próxima disputa, em janeiro de 1947, quando ocorreriam as eleições para governador de Estado e Assembleia estadual.⁵

Em certo sentido, o resultado das eleições em Pernambuco coincide com os prognósticos feitos por Agamenon Magalhães ainda em março de 1945. Entrevistado nesta ocasião pelo *Jornal do Commercio*, dizia o chefe político pernambucano: "... "Quem quiser eleger-se no início da sua carreira política terá de fili-

ar-se às forças situacionistas, pois na oposição encontrará fatalmente maiores dificuldades. A situação para os governistas está muito boa, deixando antever a vitória... A política é dos municípios que arringimentam as forças, e o eleitorado quase sempre acompanha os seus chefes locais. Daí é possível que se possa esperar a vitória das forças governistas, que tenderão a engrassar ainda mais as suas hostes com os trabalhadores — o grande núcleo eleitoral do governo".⁶

2. AS DIVERGÊNCIAS DO PODER CENTRAL COM O PESSIDISMO

Logo após a posse do novo presidente da República, Eurico Gaspar Dutra, ainda em início de fevereiro, o procurador da Delegacia Fiscal, José Domingues da Silva, assume a interventoria do Estado.

Afastado das competições político-partidárias, José Domingues, apesar de filiado ao PSD, desenvolverá durante a sua gestão uma política independente e de não favorecimento ao esquema pessedista. No seu discurso de posse, o interventor assume publicamente um compromisso com todos aqueles que queiram colaborar com a nova administração, independente de seus posicionamentos partidários ou ideológicos.⁷ Coerente com este discurso, o interventor escolhe um secretariado amplo, sem conotações nitidamente pessedistas, não submetendo esta escolha ao crivo partidário. Dentre os seus auxiliares diretos, dois pelo menos eram acusados de tendências socialistas, e, portanto, opositores ferrenhos da ditadura estadonovista: Pelópidas Silveira, na Prefeitura do Recife, e Murilo Coutinho, na Secretaria de Viação.

As divergências entre o PSD pernambucano e o presidente Dutra se explicitam logo no início do seu mandato. Por um lado, a política de cooperação com a UDN, implantada pelo novo governo federal, em nada agradava ao grupo liderado por Agamenon Magalhães. Este, juntamente com outros elementos da política nacional, incentivava o movimento "getulista", usando para tal o artifício da aproximação com o PTB nacional. Por outro lado, Dutra, bastante antivarguista e preocupado em não perder o controle de um estado estratégico como Pernambuco, onde, o poderio de Agamenon Magalhães era indiscutível, resolve investir neste Estado, fortalecendo localmente os elementos pessedistas, mas destoantes do ex-interventor.

Entretanto, se a política de não alinhamento com as forças agamenonistas, desenvolvida pelo interventor José Domingues, em muito agradava ao poder central, a sua conciliação com os elementos considerados socialistas ou esquerdistas não satisfazia em nada o presidente Dutra, anticomunista radical. Este tenta, em vão, fazer com que o interventor destitua Pelópidas Silveira da Prefeitura e Murilo Coutinho da Secretaria de Viação. No curto espaço de tempo em que esteve à frente da Prefeitura do Recife — de fevereiro a agosto de 1946 —, Pelópidas Silveira consegue grande popularidade, tomando medidas bastante avançadas para o período.⁸

A disputa entre Vargas e Dutra repercutia na política pernambucana. Em certo sentido, o enfraquecimento de Agamenon Magalhães em Pernambuco abalaria o prestígio político de Vargas.

Preocupado em impedir que o grupo mais próximo a Agamenon conseguisse sair vitorioso nas eleições para o governo do Estado, o presidente da República, ao mesmo tempo que incentivava o surgimento de candidaturas dissidentes, inicia um processo de desativação da máquina possedista através de substituições de algumas prefeituras no interior do Estado.⁹ Um dos nomes cogitados pela imprensa como candidato a governador de Pernambuco, e apoiado por Dutra, é o pernambucano Raul Reis, subchefe do Gabinete Militar do presidente da República.¹⁰

A bancada federal do Estado, liderada por Agamenon Magalhães, ameaça romper publicamente com o governo federal, exigindo a anulação das substituições dos prefeitos e o afastamento do interventor. Dutra, aparentemente, cede a essa aspiração do PSD pernambucano e, numa suposta conciliação com as forças possedistas, compromete-se a substituir o interventor José Domingues. Entretanto, não aceita nenhuma das indicações feitas pelo grupo Agamenon Magalhães para o preenchimento do cargo, como não anula as demissões dos prefeitos.¹¹

Em agosto de 1946, o general Demerval Peixoto, recém-nomeado comandante da 7a. Região Militar, é empossado como o novo interventor federal em Pernambuco. Esta nomeação, apesar da aparente conciliação com as forças possedistas locais, representa uma interferência bem mais radical do Carrete na política pernambucana. Anti-Agamenon por excelência, o novo chefe do Estado terá como preocupação central desativar a máquina possedista em Pernambuco.

Ao tomar posse, Demerval Peixoto escolhe um novo secretariado, nomeando, dentre outros, três antigos auxiliares do ex-governador Carlos de Lima Calvalcanti, este vinculado à UDN e inimigo político da elite estadonovista. Além desta atitude, considerada bastante provocativa por parte do grupo Agamenon Magalhães, Demerval Peixoto põe em prática o processo de intervenção em diversas prefeituras no interior do estado.

O governo federal, além de ter no interventor um aliado para as suas manobras políticas, passa a contar efetivamente com o Ministro da Agricultura, Neto Campello, até então membro do PSD pernambucano mas destoante do grupo majoritário do partido.

Em meados do governo Dutra é efetivado, a nível nacional, um acordo entre o PSD, a UDN e o PR — Acordo interpartidário de janeiro de 1948. Conforme Maria Vitória Benevides, o objetivo principal do acordo era neutralizar as engrenagens da máquina getulista, solidamente atuante na maioria dos Estados e no Congresso Nacional, impedindo uma aliança do PSD com o PTB.¹² É neste

sentido que interessava particularmente a Dutra diminuir o poderio de Agamenon Magalhães em Pernambuco, no momento um legítimo representante das forças getulistas.

3. A LUTA PELO CONTROLE DO PARTIDO: AS ELEIÇÕES ESTADUAIS DE 47

Alcançar a vitória nas primeiras eleições estaduais seria de fundamental importância para aqueles que tinham como objetivo consolidar, em novas bases, o esquema de poder implantado em 37. Para os oposicionistas, a meta era desarticular a máquina estadonovista que tinha no PSD o seu principal instrumento de intervenção. Entretanto, desde o momento em que o partido se constituiu no Estado, não obstante os esforços de Agamenon, esboçaram-se nele duas correntes políticas de certa forma inconciliáveis: a de Etelvino Lins e a de Novaes Filho, ex-prefeito do Recife durante todo o Estado Novo.¹³ Novaes Filho, uma das lideranças mais expressivas da decadente aristocracia dos senhores de engenho, havia sido eleito, juntamente com Etelvino Lins, senador por Pernambuco nas eleições de 1945. Tendo uma votação mais expressiva do que o ex-interventor Etelvino Lins, Novaes Filho, ao que tudo indica, almejava ser ele o chefe do governo pernambucano. Essa divergência entre os dois senadores possedistas será o fio condutor de todo o processo sucessório iniciado no Estado em janeiro de 1946.

Após longas discussões em torno da questão sucessória, Barbosa Lima Sobrinho, que havia sido presidente do IAA durante o período ditatorial, surge como possível candidato do PSD. Diversos outros nomes haviam sido cogitados, dentre estes Etelvino Lins e o próprio Agamenon Magalhães. Entretanto, Barbosa Lima, não tão identificado com o possedismo estadual, teria mais chances de unificar o partido e neutralizar, principalmente na capital, todo o clima anti-Estado Novo. Era esta mais uma das sábias medidas adotadas pelo ex-interventor. É o próprio Agamenon quem afirma: "Todos sabem que o meu desejo é o con-graçamento e a unidade política de Pernambuco. (...) Começo por me excluir dos cargos de direção, recusando a indicação do meu nome para o cargo de governador e para o Senado da República. Quis assim dar oportunidade a outras vocações políticas dentro dos quadros partidários que organizei e abrir, por outro lado, possibilidades para entendimentos com os adversários..."¹⁴ Segundo o ex-interventor, o nome de Barbosa Lima "pode atrair a colaboração de outros partidos".¹⁵

Gradativamente, os desentendimentos entre o ex-prefeito do Recife, Novaes Filho, e o grupo majoritário vinculado a Agamenon Magalhães vão se acirrando, e a oposição ao PSD tenta tirar proveito desta situação.

Em junho de 1946 ocorre o rompimento efetivo entre o senador possedista Novaes Filho e a candidatura Barbosa Lima. Trata-se da primeira cisão séria

nas hostes, possedistas. Os dissidentes alinham-se cada vez mais à política de Dutra, de conciliação com os elementos udenistas, rebelando-se contra a indicação possedista.

A cisão que vinha ocorrendo nos bastidores torna-se pública quando a cidade do Recife amanhece repleta de cartazes lançando a candidatura de Novaes Filho para governador do estado. Os jornais situacionistas, principalmente a *Folha da Manhã* — de propriedade de Agamenon Magalhães —, não poupam o antigo prefeito do Recife de severas críticas. Apellido pelas forças situacionistas de "Calabar", Novaes Filho rapidamente recebe as adesões de figuras expressivas, dentre estas Manuel Neto Campelo, Ministro da Agricultura, e Costa Porto, presidente do Departamento de Assistência às Cooperativas durante o Estado Novo.

Esta cisão ocorrida nas hostes possedistas conduz a um realinhamento do PSD. O grupo dissidente, apesar de minoritário, representa interesses bem definidos. Novaes Filho, membro da direção do PSD, era um dos líderes dos senhores de engenho no Estado, e Neto Campelo havia sido indicado para a comissão diretora do partido, enquanto representante dos fornecedores de cana de Pernambuco. Segundo alguns intérpretes, se num primeiro momento este setor esteve totalmente alinhado com o poder e com o próprio Agamenon Magalhães, num segundo momento eles vão se alinhar com a UDN em função das suas determinações estruturais, ou seja, em função da sua dependência econômica dos usineiros.¹⁶

Deste tipo de interpretação discorda radicalmente Barbosa Lima Sobrinho. Segundo ele, a classe dos fornecedores de cana e senhores de engenho de Pernambuco recebeu, durante o Estado Novo, benefícios concretos do governo; o rompimento de segmentos importantes deste setor com o PSD teria sido razões de caráter eminentemente político. "Havia uma política que procurava favorecer os fornecedores e ampará-los. . . Mas o interesse político acaba ponderando. Aliás, é aquela coisa que sempre sustento: os antagonismos, até às vezes de ordem pessoal, têm uma influência em todos estes fatos de ordem política e acabam prevalecendo. Essa coisa de luta de classes tem que ser olhada com um pouco de cautela. . . Às vezes falta uma consciência de classe mais definida; outras vezes preponderam sentimentos de natureza pessoal: uma rixa, uma incompatibilidade, uma aspiração não satisfeita. Isso vai estabelecendo, dentro de uma mesma classe, certas divergências e certos antagonismos que, num momento ajustado, se pronunciam, opondo-se conseqüentemente à lógica da luta de classe".¹⁷

Ainda segundo Barbosa Lima Sobrinho, Novaes Filho aspirava a ser o governador de Pernambuco. Juntamente com Neto Campelo, Novaes Filho articula de início a candidatura Barbosa Lima, com o objetivo apenas de enfraquecer Etevílio Lins, já que este seria possivelmente o candidato preferencial de Agamenon. "Novaes achava que o Etevílio não lhe daria possibilidade de

ter carreira política. . . Ambos queriam prevalecer na política do Estado. Comigo não havia este perigo; não morando lá eu não tinha nenhuma aspiração de chefia política. Novaes achava que, retirado o meu nome e tratando-se novamente de debater o problema de governo com o Dutra, este influiria para que o nome dele vingasse e fosse aceito".¹⁸

Diante deste quadro, a UDN, muito consciente da força do possedismo em Pernambuco, retarda ao máximo o seu posicionamento sobre candidaturas ao governo e aposta decididamente nas cisões ocorridas no PSD, como condição essencial para destruir a máquina estadonovista. "A unidade deste partido não é um fato. Foi um fato aparente, de vez que só se manifestou através da coação. Havia (. . .) unidade quando o partido era pessoalmente controlado pelo sr. Agamenon Magalhães, no governo do Estado, e depois através da dedicação incondicional e obediente do sr. Etevílio Lins. Tinha o sr. Magalhães, o governo, a absoluta totalidade das posições oficiais, dos cargos públicos. O ex-interventor dispunha de tudo, desde o Palácio das Princesas até o mais modesto cargo policial. Até as nomeações dos escrivães das cooperativas passavam pelo seu alambique, sofriam o inflexível esmagamento das suas moedas. . . Num pleito em que haja absoluta imparcialidade de lusura, a UDN vencerá qualquer eleição no Estado. Para que tal honestidade exista é preciso destruir a máquina estadonovista que lá está montada e em ação".¹⁹

Os dissidentes possedistas convencem a UDN a não apresentar candidato próprio, já que o fundamental era destruir o esquema Agamenon Magalhães. E dentro deste espírito que se articula a Coligação Pernambucana, formada pela dissidência do PSD, UDN e PDC. Para os udenistas, entretanto, e para o próprio presidente Dutra, o nome do ministro Neto Campelo tinha mais aceitação do que o do ex-prefeito do Recife, Novaes Filho. Finalmente, em outubro de 46 a candidatura Neto Campelo, nascida no Rio de Janeiro, torna-se a candidatura oficial da Coligação Pernambucana (dissidência do PSD, UDN e PDC). "A constante, porém, que dinamizava udenistas e possedistas dissidentes era uma só: afastar Agamenon da hegemonia política. Toda a luta se feriu sob pressão deste slogan: afastar Agamenon! . . . Era a obsessão, a idéia fixa, o *leit-motiv* dos coligados: afastar Agamenon!"²⁰ Sem dúvida, para os coligados, mais importante do que se opor a Barbosa Lima era destruir o domínio de Agamenon Magalhães no Estado.

Segundo o próprio candidato Neto Campelo, "o lançamento oficial da minha candidatura está subordinado à condição de que ela venha a congregar todas as forças democráticas que se opõem à facção política chefiada pelo deputado Agamenon Magalhães".²¹

Em novembro de 46, o PSD/PE realiza uma nova convenção para a homologação da candidatura Barbosa Lima Sobrinho e, nesta ocasião, Novaes Filho e Neto Campelo são expulsos das hostes possedistas. 22 A partir daí, alguns descontentes se articulam no Partido Libertador.

A tomada de posição tanto do PCB como dos pequenos partidos, ainda vacilantes, era um fator decisivo para definir a correlação de forças. Agamenon tinha bastante consciência da força dos comunistas e temia que estes, alinhando-se com os dissidentes, conseguissem derrotar a candidatura peedista. "Não se esqueçam os políticos de que há hoje no Brasil uma organização poderosa que tem equipes e chefes. O PC, com as suas promessas, a sua doutrina e soluções econômicas radicais, vai ser um divisor de águas. Deve-se dizer claramente ao operário: O PC oferece esta solução e o PSD essa outra".²³ Entretanto, os comunistas, após algumas tentativas frustradas de composição, optam por lançar candidato próprio. Em dezembro de 46 as candidaturas estão definidas: *Neto Campelo*, pela Coligação Pernambucana (formada pelo PL, UDN e o PDC); *Barbosa Lima Sobrinho*, pelo PSD; *Pelópidas Silveira*, com o apoio do PCB e da chamada Esquerda Democrática, já desligada da UDN e concorrendo com legenda própria; e finalmente *Eurico Souza Leão*, pelo Partido Republicano, representando os setores que haviam sido contrários à Revolução de 30.

O PSD considerava altamente positivo o lançamento das diversas candidaturas opositoristas. O próprio Agamenon reconhece que "as duas maiores forças políticas do Estado são o PSD e o PC. Agora que os comunistas se aglutinam em torno de um nome, não se aliando a nenhum outro partido, a vitória do PSD é incontestável".²⁴

Já bem próximo às eleições, acirrada a disputa política no Estado, Agamenon Magalhães irrompe em luta aberta contra o Catete e contra o interventor Demerval Peixoto. As páginas da *Folha da Manhã* voltam-se totalmente contra Demerval Peixoto e Agamenon publica um dos seus célebres artigos: "Não se gozerna um Estado de botas e esporas, general!" A acusação maior era devida às substituições efetuadas em diversas prefeituras e a não "neutralidade" do interventor que, segundo os pessimistas, favorecia dia a dia o esquema udenista. Entretanto, o chefe do Executivo estadual justificava estas medidas alegando que os prefeitos demitidos acumulavam irregularmente funções de coletores, presidentes de cooperativas e presidentes de diretórios do PSD. Em entrevista à imprensa, Agamenon Magalhães denuncia ser a situação do Estado de absoluta coerção. Além da pressão sobre o funcionalismo, afirma que em 15 dias o general Demerval Peixoto demitiu 442 autoridades em diversas instâncias do Estado.²⁵

De fato, estimulado por Dutra, o interventor Demerval Peixoto faz uso da máquina oficial para hostilizar o PSD. Ambos apóiam ostensivamente o candidato da Coligação Pernambucana, Neto Campelo.

As eleições para governador e Assembleia Legislativa Estadual ocorrem em janeiro de 1947, e o resultado provoca algumas surpresas no Estado. Em primeiro lugar, a estrondosa vitória que o candidato apoiado pelas esquerdas, Pelópidas Silveira, obtém na capital pernambucana. Em segundo lugar, a diferença entre o candidato oficial do PSD e o dissidente é irrisória, ou seja, apenas 575 votos.

QUADRO IX
ELEIÇÕES PARA O GOVERNO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
RESULTADO POR CANDIDATOS E DISTRIBUIÇÃO ESPECIAL DO VOTO
19-01-47

CANDIDATOS	Total no.	Total	Grande Recife	Mata	Agreste/Sertão
	Absoluto				
Barbosa Lima Sobrinho (PSD)	91.985	37,81	15,6	35,8	52,4
Neto Campelo Júnior (UDN-PDC-PL)	91.410	37,58	27,4	42,9	42,4
Pelópidas Silveira (PC-ED)	58.155	24,00	56,7	21,2	4,1
Eurico Souza Leão	1.685	0,7	0,3	0,1	1,1

Fontes: *Mapas e Atas do TRE. In LAVAREDA, José Antônio, 1980, p. 76.*

Diferentemente do que havia ocorrido nas eleições anteriores, o PSD obtém na Zona da Mata votação inferior à do candidato apoiado pela Coligação Pernambucana (UDN - PDC - PL). Certamente, a atuação dos dissidentes peedistas contribuiu para este resultado. Também no Agreste e no Sertão a correlação de votos entre o PSD e a Coligação é bem mais equilibrada do que a ocorrida nas eleições de dezembro de 1945. Quanto ao candidato apoiado pelas esquerdas, Pelópidas Silveira, a sua penetração nesta região é bastante inexpressiva.

Para a Assembleia Legislativa Estadual, tendo esta poderes de elaborar a Constituição Estadual, o PSD elege, dentre os 55 deputados, um total de 23. As 32 cadeiras restantes ficam assim distribuídas: Coligação Pernambucana (UDN - PDC - PL), 18; PCB, 9; PR, 3; PRP, 1; e PTB, também 1. 26 Simultaneamente, ocorre a eleição para a terceira senatoria e o eleito é o peedista Apolônio Salles.

A Coligação Pernambucana tenta impugnar o resultado da eleição e, no dia 7 de abril de 47, o Tribunal Regional Eleitoral decide adiar a proclamação do governador eleito pelo PSD, Barbosa Lima Sobrinho. Isto porque, sendo a maioria deste de apenas 575 votos, a soma desses sufrágios em seções anuladas em recursos encaminhados ao Tribunal superaria a diferença favorecendo o candidato da Coligação Pernambucana, Neto Campelo. Este processo caminha lentamente, e, face à indefinição jurídica da questão, o ex-secretário de Justiça Amaro Gomes Pedrosa substitui o general Demerval Peixoto na interventoria.

Apesar do PSD ter conquistado 23 das 55 cadeiras da Assembleia Legislativa, este número não lhe garantia maioria nas votações.

Com bastante habilidade, o PSD aproxima-se do PCB, interessado também em buscar aliados, pois os nove deputados comunistas, sem aliança com outra agremiação partidária, ficariam com uma pequena margem de influência no parlamento.

Além da elaboração da nova Constituição, para o PSD era importante alcançar naquele espaço de tempo a chefia do Executivo estadual, visto que a decisão sobre o resultado da eleição para governador de Pernambuco continuava em julgamento e as eleições para a escolha de prefeituras e câmaras municipais ocorreriam em outubro de 47.

Gracias à aliança com o PCB, o PSD conquista inicialmente a presidência da Assembleia Legislativa. Em seguida faz constar da Constituição Estadual um artigo assegurando ao presidente do Legislativo ocupar, em caso de vacância, o cargo de governador do Estado. Com esta manobra, em julho de 47 o deputado comunista Otávio Correia, presidente da Assembleia Legislativa, passa a ser o novo governador constitucional de Pernambuco. Em troca, os possedistas aprovam algumas das propostas comunistas que são incluídas na Constituição: adovam o imposto progressivo sobre terras incultas, a extinção da polícia política estadual, a proibição de guardas particulares com o desarmamento de vigias e câmpangas, a instalação de subprefeituras para os distritos com mais de 5.000 habitantes e a competência do Legislativo no aumento e reforma dos vencimentos do funcionalismo público.²⁷

É interessante notar que, em 8 de janeiro de 1948, quando o Congresso vota o projeto de cassação dos mandatos dos parlamentares comunistas, os possedistas pernambucanos Agamenon Magalhães, Barbosa Lima Sobrinho e Oswald Lima votam contra essa medida. Durante todo o período em que a cassação dos comunistas esteve em discussão, o deputado Agamenon Magalhães, presidente da Comissão de Constituição e Justiça, "nos assegurou em toda plenitude o direito de defendermos os nossos mandatos, sem nenhuma restrição; e quando os deputados reacionários protestavam, por qualquer motivo... Agamenon Magalhães respondeu: "São nossos colegas, estão defendendo os seus mandatos, a soberania do povo e da própria Casa, ameaçados por um projeto de resolução institucional"...²⁸

Finalmente, no dia 14 de janeiro de 1948 o Tribunal Superior Eleitoral, um ano após o pleito, decide pela diplomação de Barbosa Lima Sobrinho como governador do Estado de Pernambuco.

Apesar da vitória quase insignificante obtida por Barbosa Lima Sobrinho, a nível do Senado, Câmara Federal, da Assembleia Legislativa Estadual, das feitura e câmaras municipais, o controle do PSD era bastante superior aos demais partidos, sendo a UDN a única legenda que conseguira obter alguma expressão no Estado.

QUADRO X ELEIÇÕES MUNICIPAIS 1947/48 PERNAMBUCO

Partidos	No. de Prefeitos	No. de Vereadores
PSD	53	416
UDN	20	252
PDC	3	26
PL	3	30
PRB	1	12
PSP	—	19
PSB	—	—
PRD	—	5
PR	2	15
PRP	—	2

Fonte: Dados do TRE

Com estes resultados o PSD atingiu o seu principal objetivo: deter o controle político do Estado. As dificuldades da campanha foram grandes e, segundo o depoimento do próprio Barbosa Lima Sobrinho, "a luta sucessória foi difícil desde o primeiro momento. O apoio ostensivo do presidente Dutra viria trazer, para a candidatura Neto Campelo, a solidariedade dos interventores, que ele nomeasse e dos prefeitos e autoridades policiais que fossem indicados por esses interventores... O presidente Dutra não me combatia, pois que sabia quanto solidário fui com a sua candidatura. Mas guardava profundo ressentimento de Agamenon Magalhães... Tivemos contra nós todas as autoridades do Estado. Interventores, Secretários de Estado, Prefeitos, Delegados e Subdelegados de Polícia"...²⁹

O novo governador escolhe o seu secretariado dentro das hostes possedistas, sendo a única exceção Nelson Chaves, Secretário de Saúde. "Como não tínhamos tido apoio de nenhum outro partido político... fiz minhas escolhas dentro do PSD".³⁰

Ao assumir o governo, Barbosa Lima encontra em Pernambuco "um clima de animosidade com a morte daquele rapaz. Chaguê já em um ambiente que dava até medo de ir à faculdade... Mas isto foi-se desfazendo e se anulando... Eles passaram a ver que era um regime democrático, tive também esta satisfação. A crítica que Gilberto Freyre me fazia é que eu ia ser apenas um instrumento ou um factórum de Agamenon. E aconteceu o contrário. Fui para lá e não fiz nada do que Agamenon tinha feito"...³¹

4. O RETORNO DE AGAMENON AO GOVERNO ESTADUAL .

A proposta do governador Barbosa Lima Sobrinho, face à sucessão estadual, era o lançamento de uma candidatura de pacificação que unificasse todas as correntes políticas de Pernambuco. De imediato, a Coligação Pernambucana aceita a proposta, congratula-se com o governador, e, através das suas lideranças — João Cleofas (pela UDN), Monsenhor Arruda Câmara (pelo PDC) e Novaes Filho (pelo PL) —, inicia as negociações políticas no estado. 32

Agamenon Magalhães, presidente da secção estadual do PSD, neste momento deputado federal e líder político da bancada pernambucana, retorna a Pernambuco para participar da questão sucessória. Assumindo a posição de pacificação desde que o candidato fosse possedista, Agamenon Magalhães dificulta as negociações com as demais correntes políticas. "Candidato possedista foi a condição *sine qua non* para que se processasse o acordo", 33 afirmava o ex-interventor pernambucano. Esta posição é imediatamente referendada pela *Folha da Manhã*. Em editorial, este jornal alega que a pacificação política jamais poderia redundar em anulação de personalidade partidária, já que tal atitude não seria o reconhecimento, mas mutilação. O segundo argumento era o de que, em sendo o PSD o partido majoritário, a pacificação do Estado teria de ser feita primordialmente em torno da posição partidária desta legenda. 34 Este passa a ser o posicionamento da maioria da comissão executiva do partido. O governador Barbosa Lima Sobrinho, apesar de não abandonar a sua idéia inicial, fica isolado e sem forças para dar continuidade ao seu projeto.

Enquanto isto, o diretório estadual da UDN, que tem como presidente João Cleofas de Oliveira, lança nota oficial reafirmando o seu empenho em encontrar uma solução honrosa para o Estado, não podendo, entretanto, aceitar a condição preliminar estabelecida pelo PSD de somente admitir um candidato possedista. 35

O PSD permanece intransigente, valendo-se da condição de partido majoritário no Estado. Finalmente, na segunda quinzena de julho, portanto a 3 meses das eleições estaduais, a Coligação Pernambucana, em nome da UDN, PDC e PL, divulga nota na imprensa dando por encerrado os entendimentos com o PSD. Nenhum acordo mais era possível, e o diretório da UDN indica unanimemente o nome de João Cleofas de Oliveira para ser submetido à homologação na convenção regional.

No dia 2 de agosto de 1950 a comissão executiva do partido majoritário no Estado lança oficialmente a candidatura de Agamenon Magalhães. Esse lançamento, entretanto, provoca nova crise no PSD e, diferentemente da indicação udenista, este não obtém a unanimidade da comissão executiva, uma vez que quatro dos seus membros pedem afastamento: Osvaldo Lima, Ferreira Lima, Otávio Correia e Alain Teixeira. O rompimento do grupo, principalmente do deputado federal Osvaldo Lima, um dos nomes cogitados para a sucessão estadual, re-

presenta uma grande perda para o PSD. O antigo chefe político, ligado ao interventor Agamenon durante todo o Estado Novo, e um dos principais articuladores do PSD desde as suas origens, detinha o controle ou tinha influência em importantes municípios do Estado: Pedra, Palmeirina, Vitória, Aliança, Timbaúba, Orobó, Bom Jardim, Jaboatão, Cabo, Sirinhaém, Barreiros e Escada. Osvaldo Lima, apelidado o "Marechal da Vitória" pela atuação decisiva que teve durante o processo eleitoral de Barbosa Lima Sobrinho, sente-se traído. O seu nome estava sendo articulado para a sucessão estadual há algum tempo, e o próprio Agamenon havia lhe prometido apoio. Esta candidatura possivelmente seria aceita por vários elementos da Coligação Pernambucana, entre estes Novaes Filho e monsenhor Arruda Câmara.

Assim, após um longo período de tentativas vãs de unidade das duas principais agremiações partidárias do Estado — PSD e UDN —, as candidaturas haviam se definido no sentido inverso do que propunha o governador Barbosa Lima Sobrinho. Ou seja, cada uma dessas correntes políticas lança para a sucessão estadual as suas figuras mais expressivas e, portanto, de maior feição partidária. De um lado, Agamenon Magalhães, o chefe maior do PSD, e, do outro, João Cleofas, também a principal figura udenista.

Coerente com a sua posição inicial de que, mesmo não saindo uma candidatura unitária de todas as correntes políticas do Estado, o PSD não deveria indicar um nome totalmente identificado com o período do autoritarismo, Barbosa Lima Sobrinho, derrotado nos seus propósitos, praticamente se afasta da campanha sucessória: ameaça renunciar ao seu mandato e resolve devolver ao partido o cargo que dele recebeu. O PSD faz apelo público para que Barbosa Lima permaneça ocupando o posto até o final do seu período. 36 Pressionado, Barbosa Lima redefine a sua posição e, em nota oficial, afirma que "meditadas todas as condições do momento presente, resolvei permanecer no governo do Estado. Cansado de lutas estêreis, Pernambuco precisa de uma fase de entendimento e compreensão, para o surgimento de sua economia e de suas debilitadas forças de produção". 37 A partir daí, o governador se posiciona não mais como um possedista, mas como um juiz, a quem cabe imparcialmente dirigir o processo eleitoral. Tal postura é veementemente criticada, principalmente pelos chefes políticos do interior.

Diante do quadro assim configurado, o Partido Comunista, apesar de se encontrar na ilegalidade, assume oficialmente a posição de voto nulo. A argumentação era de que, entre dois candidatos reacionários, não existia opção para os comunistas. Essa posição é muito bem recebida por Agamenon Magalhães, conhecedor da força dos comunistas, principalmente na capital pernambucana. "Os comunistas vão votar em branco. Se assim acontecer, eu derrotarei João Cleofas". 38

Entretanto, praticamente todas as demais forças partidárias se alinham com o candidato udenista: PTB, PL, PDC, PRP, PR. O PTB, além das questões

estaduais, mas também levando em consideração a questão nacional, marcha com João Cleofas. Isto porque paralelamente à sucessão estadual estava ocorrendo a sucessão presidencial, e, conforme veremos mais adiante, o PTB nacional esperava que Agamenon Magalhães rompesse com o PSD nacional e endossasse a candidatura de Getúlio Vargas para a presidência da República, lançada pela coligação PTB-PSP. Entretanto o PSD pernambucano, fiel ao PSD nacional, não apóia Vargas, e este, consequentemente, define-se ostensivamente por João Cleofas. Vargas, em plena campanha, em comício realizado em Pernambuco afirma: "Vim encantar em Pernambuco uma forte coligação de partidos que sufragará para governador o ilustre engenheiro João Cleofas. Este é o nome que aconselho aos vossos votos, por ter sido escolhido pelo PTB". 39

O apoio que Vargas dá ao candidato udenista ao governo de Pernambuco não é suficiente para elegê-lo. Entretanto, esse apoio representa alguns acordos políticos, e João Cleofas, derrotado no pleito estadual, é nomeado, logo após a posse de Vargas, Ministro da Agricultura.

A campanha eleitoral de Agamenon Magalhães desenvolve-se num clima de acentuada características populistas, e tem no jornal *Folha da Manhã* o seu principal instrumento de agitação. Muito voltada para o interior do Estado, a campanha assume o discurso de defesa dos menos favorecidos economicamente e retoma as temáticas que eram objeto de doutrinação política durante o Estado Novo: legislação social, a luta contra os mscambos, a defesa do cooperativismo, a preocupação com o homem do interior e a ressurreição do sertão pernambucano. Quase que diariamente o jornal reproduz a relação nominal de adesões à campanha, e de imediato 52, dentre os 89 prefeitos do Estado, se solidarizam com Agamenon. 40 O famoso coronel Chico Heráclito promete conseguir 18 mil "votos líquidos". 41

Já nos primeiros dias de setembro, o candidato possedista com a sua comitiva eleitoral desloca-se para o sertão pernambucano numa verdadeira peregrinação, visitando os principais municípios sertanejos. Identificando-se com esta população por ser também um filho do sertão, Agamenon faz a sua campanha em torno da antiga temática: ressurreição do mundo sertanejo, prometendo resolver a sua questão prioritária — as secas — através de um sistema de irrigação do rio São Francisco. 42

Para combater Cleofas, Agamenon apela para o sentimento antiusina do povo, identificando o candidato oposicionista com os interesses dos mais fortes grupos econômicos do Estado. Torna-se célebre a frase de Agamenon utilizada durante todo o período eleitoral: "Quando eu soube, povo de Recife, que o usineiro João Cleofas era candidato a governador de Pernambuco, temi por vós!"

A campanha da UDN procura identificar Agamenon Magalhães com o que existe de mais retrógrado e repressivo no estado. Explorando bastante as divergências entre Vargas e Agamenon, a oposição tenta usufruir, da melhor maneira possível, o apoio dado pelo ex-ditador ao candidato udenista João Cleofas de Oliveira.

No dia 3 de outubro são realizadas as eleições, e o PSD sai vitorioso do pleito com uma diferença de aproximadamente 10.000 votos.

QUADRO XI RESULTADO DAS ELEIÇÕES PARA GOVERNADOR DO ESTADO 1950

	Capital	Interior	Total
Agamenon Magalhães (PSD)	39.467	157.413	196.880
João Cleofas de Oliveira (UDN)	42.567	144.290	186.857

Fonte: *Dados do TRE*

Mais uma vez o PSD demonstrava a sua "eficiência" no interior do Estado e a oposição vencia na capital pernambucana. Para o ex-interventor, o Recife passa a ser a "cidade cruel". Entretanto, Agamenon não só consegue votação expressiva nos bairros mais pobres da capital, na chamada zona da "poeira", 43 como é vitorioso nas cidades vizinhas ao Recife — Olinda, Jaboatão e Paulista —, municípios de concentração industrial.

QUADRO XII

RESULTADO DAS ELEIÇÕES PARA GOVERNADOR EM ALGUNS MUNICÍPIOS — 1950 PERNAMBUCO

	Olinda	Jaboatão	Paulista
Agamenon Magalhães (PSD)	4.083	2.920	4.857
João Cleofas de Oliveira (UDN)	3.859	2.337	1.243

Fonte: *Folha da Manhã (REI), 26/10/1950.*

No interior do Estado a UDN havia atingido um resultado bastante razoável, conseguindo uma melhor atuação em municípios da Zona da Mata, áreas de engenhos e usinas.

QUADRO XIII

RESULTADO DAS ELEIÇÕES PARA GOVERNADOR EM ALGUNS
MUNICÍPIOS DA ZONA DA MATA
PERNAMBUCO - 1950

	Barreiros	Catende	Ribeirão
Agamenon Magalhães (PSD)	1.337	1.627	375
João Cleofas de Oliveira (UDN)	2.506	2.526	1.636

Fonte: Folha da Manhã (RE) 26/10/1950.

Entretanto, a dissidência ocorrida no PSD, principalmente com o apoio dado por Osvaldo Lima ao candidato udenista, faz com que Agamenon seja derrotado em alguns redutos peessedistas, como é o caso do município de Bom Jardim. Em Petrolina, por exemplo, município que em 1947 havia dado uma vitória esmagadora para o candidato do PSD, Agamenon é derrotado por uma pequena diferença de votos. Isto porque os dois mais importantes coronéis da região, Queil e João Barracão, se dividem: o primeiro apóia o PSD e o segundo fica com a UDN. 44

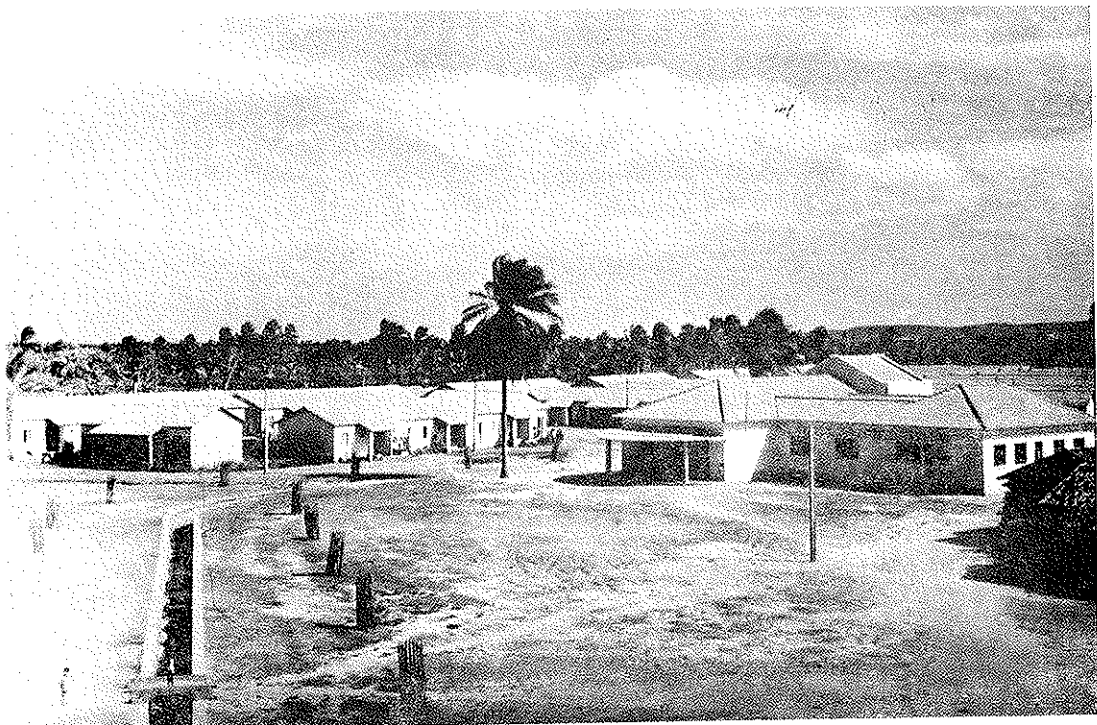
QUADRO XIV

RESULTADO DA ELEIÇÃO PARA GOVERNADOR EM ALGUNS
MUNICÍPIOS - 1950
PERNAMBUCO

	Limoeiro	Serrita	Salgueiro	Serra Talhada	Exu	Bom Jardim	Petrolina
Agamenon Magalhães (PSD)	7.329	2.203	1.782	3.425	1.267	1.640	3.049
João Cleofas de Oliveira (UDN)	802	599	1.068	1.571	1.562	1.961	3.171

Fonte: Folha da Manhã (RE), 20/10/1950





Liga Social Contra o Mocambo. Vila popular de Areias, vendo-se as casas da Vila das Lavadeiras e o prédio do Centro Educativo Proletário.

No cômputo geral, o PSD, além de continuar à frente do governo de Pernambuco, elege o senador Apolinário Sales, e é o partido que faz mais cadeiras para a Câmara Federal e Estadual. 45

5. AGAMENON EM OPOSIÇÃO A VARGAS

Vargas retorna à presidência da República em janeiro de 51, apoiado pela coligação PTB-PSP, após ter derrotado nas urnas Eduardo Gomes (UDN), Cristiano Machado (PSD) e João Mangabeira (PSB). Agamenon Magalhães, um dos braços direitos de Vargas durante um longo período, e um dos maiores defensores do queremismo no pós-Estado Novo, nega neste momento apoio ao seu líder. Homem de partido, Agamenon defende desde os primeiros momentos da sucessão presidencial o lançamento de uma candidatura identificada com o pes-sedismo.

Dentro do PSD era difícil encontrar uma solução unitária face à sucessão presidencial. Inicialmente, o grupo considerado getulista tenta lançar Neru Ramo-sos como candidato à presidência, em contraposição à chamada "fórmula minei-ra", que exigia um nome saído do Estado eleitoralmente mais forte do país. Após marchas e contramarchas, em Convencção Nacional o PSD oficializa a candi-datura do mineiro Cristiano Machado. Esta candidatura, entretanto, provoca uma série de dissensões, e alguns possedistas partem para apoiar Getúlio Vargas. Este, já lançado pelo PSP de Ademar de Barros e pelo PTB, buscava apoio tam-bém nas diversas seções estaduais do PSD. 46 Entretanto, "em um estado, Per-nambuco, Vargas encontrou o PSD teimosamente comprometido com Cristiano Machado, e foi forçado a se aliar à UDN, o partido cuja *raison d'être* era a oposi-ção ao getulismo". 47

A posição de Agamenon frente à escolha da candidatura possedista nos parece ambígua. Para uns, o grupo mais getulista do PSD, com o qual Agamenon se identifica, teria inicialmente trabalhado pela candidatura Neru Ramos. Este grupo seria composto por Pedro Ludovico (GO), Magalhães Barata (PA), May-nard Gomes (SE), Menezes Pimentel (CE), Júlio Müller (MT), Amaral Peixoto (RJ), Manoel Ribas (PR), Ernesto Dorneles (RS), Neru Ramos (SC) e o próprio Agamenon Magalhães. 48 Para outros, a escolha de Cristiano Machado teria con-tado com a intervenção decidida de Agamenon Magalhães, que, ao lado de Cor-deiro de Farias e Fausto de Freitas, teria sido um dos principais articuladores desta candidatura. 49

A verdade é que Agamenon Magalhães, homem de forte espírito partidá-rio, induz a seção pernambucana do PSD a se alinhar com a decisão do PSD na-cional. 50 O líder pernambucano deixa claro que não pretende "cristianizar" o candidato do PSD o que "o partido, majoritário em Pernambuco, lutará ao lado do sr. Cristiano Machado. . . Tudo o que se disser ao contrário não passará de exploração de adversários políticos empenhados em estabelecer a confusão em torno de uma escolha que expressa a coesão e a força do PSD nacional". 51

A nível nacional a vitória de Vargas é significativa, ficando Eduardo Gomes em segundo lugar, seguido por Cristiano Machado. Proporção semelhante ocorre em Pernambuco, conforme podemos verificar no quadro abaixo.

QUADRO XV

RESULTADO DAS ELEIÇÕES PRESIDENCIAIS EM PERNAMBUCO 1950

	Capital	Interior	Total
Getúlio Vargas (PSP-PTB)	57.451	116.330	173.781
Eduardo Gomes (UDN)	25.474	96.155	121.629
Cristiano Machado (PSD)	3.645	91.166	94.811
João Mangabeira (PSB)	153	43	196
Em Branco	2.383	6.534	8.917
Nulos	2.475	4.291	6.764
TOTAL	91.581	314.518	406.098

Fonte: *Dados do TRE*

A posição assumida por Agamenon Magalhães, apesar de adotada oficialmente pelo PSD pernambucano, não consegue unificar o partido. O carisma e a liderança pessoal de Vargas extrapolavam em certo sentido o apoio do partido majoritário em Pernambuco.

Em 31 de janeiro de 1951 Vargas é empossado na Presidência da República, e, de imediato, nomeia João Cleofas para o Ministério da Agricultura. A UDN nacional deixa claro que a aceitação do convite por parte do representante pernambucano não envolve a agremiação. Ou seja, a UDN faz questão de manter uma postura de independência perante o governo Vargas. 52 Em Convenção Nacional, o partido toma posição de não ser necessário o desligamento do líder pernambucano das hostes partidárias, já que este, em carta dirigida ao partido, declara que será sempre solidário com a orientação udenista, apesar de membro do governo Vargas. 53 Enquanto isto, a UDN pernambucana exulta com a indicação feita por Vargas, já que a nomeação de Cleofas representa um prestígio maior para o Estado e para os próprios udenistas pernambucanos. 54

O não apoio do PSD ao candidato vitorioso acarreta algumas dificuldades para o governo Agamenon Magalhães. É curioso notar que, no período anterior, o pessimismo pernambucano havia sofrido restrições do presidente Dutra, devido à posição getulista de Agamenon Magalhães. Neste segundo momento, o PSD es-

tadual, em certo sentido, continua em oposição ao governo federal, por não ter apoiado Vargas, o novo presidente da República.

6. A ADMINISTRAÇÃO AGAMENON MAGALHÃES: A CONTINUAÇÃO DO ESTADO NOVO

Agamenon Magalhães toma posse no dia 31 de agosto de 1951 e faz um discurso com temática tipicamente populista: "O meu governo será o governo dos humildes. . . quem precizar, quem se sentir oprimido, pode bater à porta que será atendido. . . Aqui está, povo, o governador que escolhesteis, o governador que é do povo e só do povo" . . . Reafirma as propostas sistematicamente divulgadas durante o Estado Novo, de negação de obras suntuárias e inúteis: "O dinheiro que for arrecadado não será para manter o fausto de um Estado que nada tem de rico. Será para melhorar os transportes, para baixar o custo de vida, para adquirir enxadas para lavradores e máquinas de costuras para as mulheres pobres" . . . 55

A vitória de Agamenon, conquistada graças aos votos vindos do interior, é considerada pelas forças situacionistas um resultado direto da política desenvolvida durante o Estado Novo. "Foi o sr. Agamenon Magalhães quem iniciou o que se pode chamar, sem força de expressão, a marcha para o interior, resolvendo velhos problemas que se agravaram pela ausência quase completa de compreensão dos governos. Só o fato de haver espalhado a boa semente do cooperativismo, estimulando a produção, animando a pequena indústria e a pequena agricultura, e desenvolvendo os serviços de aquecimento e irrigação, é o bastante para fazer do seu governo um dos mais fecundos que já houve em Pernambuco". 56

Derrotado na capital, mas vitorioso em zonas consideradas da "poeira" e até mesmo em redutos de concentração operária, a situação tenta canalizar o apoio recebido por estes setores: "O grande fator da vitória do sr. Agamenon Magalhães é a sensibilidade que sempre teve pelos desfavorecidos, pelos desajustados sociais, pelos homens pobres que compõem a grande parcela da população. . . Para essa grande massa de desafortunados o nome do sr. Agamenon Magalhães foi sempre uma bandeira". 57

Novamente, como na época do Estado Novo, Agamenon Magalhães define a agricultura como a questão vital para o desenvolvimento de Pernambuco, considerando a industrialização do Estado uma questão para o segundo momento. "O nosso problema básico", diz o governador, "é o da produção agrícola, problema que se esclarece diante das estatísticas das áreas cultivadas de Pernambuco. . . Se for organizado um plano de realização progressiva que modifique o regime dos rios secos, tornando perenes o Moxotó, o Pajé e o Brígida, o sertão será um vergel. O sistema de barragens deve ser associado da captação de energia hidroelétrica, que permitirá a irrigação e a instalação de indústrias naquela região. . . Não podemos pensar em industrialização quando a nossa indústria

ainda é quase rudimentar e as culturas básicas ainda se arrastam numa rotina de métodos verdadeiramente inacreditáveis, e quando muitas outras, que são a base de alimentação do povo, acusam um índice de produção alarmante. 58

Neste sentido, grande destaque é dado ao secretário de Agricultura Gomes Maranhão, que, por ser um "matuto", considera-se amigo do "matuto", e na Secretaria de Agricultura pretende ser um defensor das aspirações e interesses do homem do campo. 59

A escolha do secretariado de Agamenon recaí sobre pessoas bastante identificadas com o seu projeto, sendo o PSD o único partido presente. O governador de Pernambuco, como vimos anteriormente, tinha uma concepção muito clara acerca dos seus auxiliares diretos: estes deveriam ser homens politicamente afinados com a proposta governamental. Esta característica deveria se sobrepôr aos critérios de eficiência ou de "neutralidade técnica", e é com esta concepção que Agamenon escolhe o seu secretariado. 60

Menos de um mês após a sua posse, Agamenon volta a investir no Serviço Social Contra o Mocambo (SSCM), e articula uma reunião que, sob a sua presidência, conta com a participação de Luiz Dubeux, presidente do Conselho Administrativo do SSCM, representantes de todos os Institutos de Previdência, Secretários de Estado, industriais, parlamentares, jornalistas e toda a diretoria do SSCM. O objetivo desta reunião é estabelecer uma ofensiva governamental em relação ao combate ao mocambo. Além do lado cristão e humano, o governo justifica o investimento nesta área como uma das maneiras de sustar o avanço comunista no Estado. O governador recém-eleito admite que a sua derrota eleitoral no Recife deve-se, em parte, à penetração comunista em áreas mais carentes e, conseqüentemente, mais suscetíveis de manipulações ideológicas e demagógicas. 61 "Um dos aspectos da questão é representar a luta contra o Mocambo como uma barreira que se levanta contra a infiltração vermelha, pois é justamente nos centros mais pobres e abandonados que os agentes do Kominform atuam. Para combater essa infiltração é necessário que os governos antecipem as soluções, melhorando o padrão de vida das populações miseráveis e desajustadas". 62

Além do lado doutrinário e demagógico, o Serviço Social Contra o Mocambo serve também de instrumento para o governo do Estado executar a sua política assistencialista. Numa das suas típicas manifestações populistas, o governador, através do SSCM, passa a distribuir máquinas de costura para a população mais carente. Largamente propagandeado pelo governo estadual, este tipo de prática política irá marcar o curto período da administração Agamenon Magalhães.

Agamenon, como fazia no Estado Novo, busca uma aproximação com a Igreja, e a encíclica papal de Leão XIII passa a ser divulgada como sendo o guia de ação da intervenção do Estado na área social. No chamado movimento de recuperação social, o governo diz encampar a luta contra o "capitalismo egoísta e absorvente", tão apregoadado pela nova Igreja: "A doutrina pontifícia é que ins-

pirou ao sr. Agamenon Magalhães movimentos de recuperação social, tipo o combate aos mocambos, que tem por fundamento a defesa da dignidade humana". 63

Nas comemorações de primeiro ano de aniversário do governo, a imprensa situacionista afirma que, além da recuperação econômica e financeira do Estado, foi na área social que o governo mais agiu e trabalhou. E o maior destaque é dado ao Serviço Social Contra o Mocambo, que, além de conseguir sede própria, construiu diversas casas populares na capital, vários postos de puericultura no interior do Estado, atendeu à população carente através de serviço médico e dentário, cursos de alfabetização e outros cursos de especializações variadas. 64 A imprensa alega que governos anteriores tentaram lançar por terra a obra administrativa de Agamenon Magalhães. Entretanto, o Serviço Social Contra o Mocambo havia sobrevivido a todas essas investidas. São feitas denúncias explícitas contra o governo de Demerval Peixoto, quando este, com o propósito deliberado de desvirtuar o serviço, entregou os Centros Educativos Operários aos delegados de Polícia. 65 A imprensa menos comprometida com o governo admite, entretanto, que apesar do esforço governamental, o número de mocambos alastra-se cada vez mais pela cidade, em conseqüência do êxodo rural. 66

Também o governo do Estado volta a comemorar as datas cívicas, no mesmo estilo do Estado Novo. No primeiro de maio, em ato público no estádio de futebol da Ilha do Retiro, Agamenon Magalhães discursa defendendo a legislação social brasileira, elogiando Vargas e alertando os trabalhadores para a manipulação que os comunistas fazem da questão social. "Podéis, trabalhadores, fazer em vossos lares, nas fábricas e nas ruas uma pergunta: Qual o país onde o trabalhador tem a legislação mais perfeita? E encontrareis o nome do Brasil como resposta, pois é aqui que o trabalhador tem amparo e pode viver feliz. E essa legislação não a deveis a revolução, nem a ideologias exóticas. Deveis a vossa segurança e proteção aos homens do governo que vêm processando a revolução social sem violência e sem choques sangrentos, com a disciplina das forças produtivas. Trabalhadores, quando os falsos líderes vos quiserem explorar, dai-lhes as costas e vos voltais para o Brasil e seus esclarecidos governantes". . . O ex-interventor de Pernambuco relembra o período estadonovista: "Falo-vos, neste dia, como há seis anos passados vos falei da sacada do Palácio do governo. Naquela ocasião era governo e estava convosso. . . Agora voltamos a governar, Getúlio Vargas — o grande amigo do Povo — e eu, e só nos move um interesse: o de trabalhar para promover o bem da coletividade. 67

Uma das primeiras preocupações de Agamenon Magalhães ao assumir o governo é tentar unificar o seu partido e adotar uma política de pacificação com as demais correntes partidárias. Dentro deste propósito, o seu principal alvo passa a ser a aproximação com o grupo liderado por Osvaldo Lima. Este, ao ser procurado por Agamenon Magalhães, em declaração à imprensa afirma que aceita a proposta de pacificação, mas não retornará às hostes possedistas, permanecendo no seu novo partido, o PSP. 68 O governador também procura um entendimento com o seu adversário, João Cleofas de Oliveira, neste momento bastante pres-

tigido pelo governo federal. Cleofas inicialmente nega-se a qualquer entendimento mais profundo com o governo estadual, e afirma que a sua questão-chave com o governador Agamenon Magalhães é obter garantias políticas nos 45 municípios onde fora vencedor. 69

Para o governo estadual, a proposta de pacificação política ganhava importância. O Estado atravessava período de dificuldades econômicas e o PSD, apesar de ser o partido forte na Assembleia Legislativa Estadual (29 cadeiras), não obtinha a maioria, caso todas as forças se unissem contra ele, conforme havia ocorrido no momento eleitoral. Jogando num primeiro momento com o PTB e num segundo com a UDN-PSP-PDC, Agamenon articula, através da eleição da mesa da Assembleia Legislativa, tanto em 1951 como em 1952, uma comissão em torno da legenda majoritária, que lhe garantiria a supremacia na Assembleia. 70

As dificuldades econômicas agravam-se no decorrer de 1952. Agamenon, sem contar com um apoio decisivo do poder central, tenta articular-se com os diversos Estados nordestinos buscando uma estratégia comum para obtenção de recursos da área federal. Já em abril de 1951, Pernambuco é anfitrião da reunião algodoeira do Nordeste, da qual participam todos os governos estaduais da Região e os Ministros da Fazenda e da Agricultura. 71

Sem dúvida, o algodão era uma das prioridades da política agrícola do governo pernambucano. Em fevereiro de 52 os presidentes da Associação Comercial de Pernambuco, da Federação das Indústrias, da Sociedade Auxiliadora da Agricultura, da Cooperativa dos Usineiros de Pernambuco, da Cooperativa dos Beneficiadores de Carotá, da Associação Comercial dos Retalhistas, da Cooperativa Central dos Banjazeiros, e Cooperativa dos Plantadores e Fornecedores de Cana dirigem memorial a Vargas denunciando a crise que afeta a economia do Estado. Segundo o documento, a produção algodoeira do Estado reduziu-se, e o seu parque têxtil, já nos fins de 50, havia drenado cerca de 300 milhões de cruzeiros de Pernambuco para outras praças, destinados à compra de matéria-prima. 72

Em março de 52 realiza-se a Conferência Econômica de Campina Grande, que, contando também com a participação dos diversos governos estaduais do Nordeste discute basicamente a problemática da migração nordestina, as secas e as perspectivas para a fixação do homem no interior nordestino. 73

Reafirmando, do ponto de vista administrativo, as propostas centrais defendidas no Estado Novo, Agamenon Magalhães soube, neste seu segundo governo, adaptar-se ao jogo democrático. Sem perder as características autoritárias que o projetaram como líder, mas adotando um estilo populista e fazendo compositões com outras forças políticas, num sistema onde o voto era de vital importância, o ex-interventor de Pernambuco seria um dos possíveis nomes cotados para concorrer à sucessão de Vargas em 1955.

Entretanto, com praticamente um ano e meio de governo, Agamenon Magalhães, aos 58 anos de idade, falece repentinamente no dia 24 de agosto de 1952. O seu enterro transformou-se em um dos maiores atos públicos ocorridos no Estado. Uma das mais importantes manifestações de pesar foi o telegrama enviado aos familiares de Agamenon por parte daquele que havia sido, talvez, o seu maior adversário político em Pernambuco e uma das suas principais vítimas. Em uma palavra o ex-governador Carlos de Lima Cavalcanti disse simplesmente: "Chorei". 74

O desaparecimento de Agamenon Magalhães encerra, sem dúvida, uma fase da política pernambucana. Para o PSD, a perda era muito grande. Além do litvânico trânsito na esfera federal, nenhum outro representante da elite estadonovista possuía a presença, a austeridade, a popularidade e a liderança que tanto marcaram a trajetória política de Agamenon Magalhães.

NOTAS DE REFERÊNCIA

- 1 A substituição ocorre nos municípios de Olinda, Paulista, Caruaru, Amaraji, Araripina, Barreiros, Bonito, Buíque, Cabo, Carpina, Carnagibe, Goiana, Jaboatão, Panelas, Bom Jardim, Jurema, Timbaba, Paudalho, Petrolina, Petrolândia, Quipapá, Ribeirão, Rio Formoso, São Lourenço e Triunfo — *Journal do Commercio* (RE), 21/1/1/45.
- 2 *Journal do Commercio* (RE), 21/1/1/1945.
- 3 Dados do TRE
- 4 LAVAREDA, José Antônio, 1980.
- 5 Sobre as eleições de 1945 e 1947 em Pernambuco ver LAVAREDA, José Antônio, 1980.
- 6 *Journal do Commercio* (RE), 22/3/1945.
- 7 *Journal do Commercio* (RE), 8/2/1946.
- 8 Ver CAVALCANTI, Paulo, 1978, p. 251 e 252. Pelópidas, até então sem maior tradição política, consegue ser o candidato a governador mais votado na cidade do Recife nas eleições de 1947.
- 9 *Journal do Commercio* (RE), 21/7/1946.
- 10 *Journal do Commercio* (RE), 8/5/1946.

- 11 *Jornal do Commercio* (RE), 21/7/1946.
- 12 BENEVIDES, Maria Vitória, 1980, p. 79.
- 13 LIMA FILHO, Andrade, 1976, p. 16.
- 14 AGM 46.02.06j - CPDOC, FGV.
- 15 AGM 46.01.23/zj - CPDOC, FGV.
- 16 LAVAREDA, José Antônio, 1980.
- 17 LIMA SOBRINHO, Alexandre José Barbosa. Alexandre José Barbosa Lima Sobrinho (depoimento), 1978. Rio, FGV, CPDOC, *História Oral*, p. 268 e 269.
- 18 Idem.
- 19 Entrevista com João Cleofas de Oliveira — *Jornal do Commercio* (RE), 10/08/1946.
- 20 LIMA FILHO, Andrade, 1948, p. 17
- 21 *Jornal do Commercio* (RE), 22/10/1946
- 22 *Jornal do Commercio* (RE), 26/11/1946.
- 23 AGM 46.01.23/zj - CPDOC, FGV.
- 24 *Jornal do Commercio* (RE), 3/1/1947.
- 25 *Jornal do Commercio* (RE), 27/12/1946.
- 26 Ver quadro III.
- 27 Sobre a aliança PSD-PCB neste período em Pernambuco ver LAVAREDA, José Antônio, 1980.
- 28 BEZERRA, Gregório, 1979, vol II, p. 58.
- 29 LIMA FILHO, Andrade, 1976, p. 18 e 19.
- 30 LIMA SOBRINHO, Alexandre José Barbosa — Alexandre José Barbosa Lima Sobrinho (depoimento). Rio, FGV, CPDOC, *História Oral*, p. 335. Relação do Secretariado do governo Barbosa Lima Sobrinho: — *Prefeito da Capital: Manoel Cesar de Moraes Rego*

- Secretário do Governo: Nilo de Oliveira Pereira
 - Secretário de Educação e Cultura: Sylvio Rabello e Reinaldo Dorneles Câmara
 - Secretário de Saúde e Assistência: Néilson Ferreira de Castro Chaves
 - Secretário de Agricultura, Indústria e Comércio: Luís Antônio de Barros Barreto e Antônio Rui de Carvalho
 - Secretário de Interior e Justiça: Dirceu Ferreira Borges
 - Secretário de Segurança Pública: João Inácio Ribeiro Roma e Osvaldo Passos Viriato de Medeiros
 - Secretário da Fazenda: Miguel Arraes de Alencar e Félix Fausto Furtado de Mendonça
 - Secretário de Viação e Obras Públicas: Gercino Malagueta de Pontes e Umberto Gondim.
- 31 Idem.
 - 32 Folha da Manhã (RE), 8/7/1950.
 - 33 Entrevista de Agamenon Magalhães à Folha da Manhã (RE), 9/7/1950.
 - 34 Folha da Manhã (RE), 13/7/1950.
 - 35 Folha da Manhã (RE), 9/7/1950.
 - 36 Folha da Manhã (RE), 17/8/1950.
 - 37 *Diário de Pernambuco* (RE), 1/7/1950.
 - 38 CAVALLCANTI, Paulo, 1978, p. 264.
 - 39 *Diário de Pernambuco* (RE), 29/8/1950
 - 40 Folha da Manhã (RE), 12/9/1950.
 - 41 Folha da Manhã (RE), 12/9/1950.
 - 42 Folha da Manhã (RE), 19/9/1950.
 - 43 Folha da Manhã (RE), 1/2/1951
 - 44 Sobre o coronelismo em Petrolina ver SEREJO, Tereza Cristina Leal de, 1979.
 - 45 Ver Quadros II, III e IV.
 - 46 Sobre o processo da sucessão presidencial ver ARAÚJO, Maria Celina Soares d', 1982.

- 47 SKIDMORE, Thomas, 1975, p. 106.
- 48 OLIVEIRA, Lúcia Lippi, 1973, p. 33.
- 49 ARAÚJO, Maria Celina Soares d', 1982, p. 62
- 50 Folha da Manhã (RE), 17/5/1950.
- 51 Folha da Manhã (RE), 24/5/1950.
- 52 Diário de Pernambuco (RE), 9/2/1951
- 53 Diário de Pernambuco (RE), 24/2/1951
- 54 Segundo depoimento de Cordeiro de Farias, o Ministério da Agricultura na realidade pouco promovia a agricultura no país. Servia apenas ao jogo político: era um prêmio de consolação atribuído a esse ou aquele Estado. FARIAS, Osvaldo Cordeiro de, 1981, p. 468.
- 55 Discurso de posse de Agamenon Magalhães. Folha da Manhã (RE), 1/2/1951.
- 56 Folha da Manhã (RE), 20/12/1950. (Grifos nossos).
- 57 Folha da Manhã (RE), 1/2/1951.
- 58 Folha da Manhã (RE), 16/3/1951 — Mensagem do governador Agamenon Magalhães. (Grifos nossos).
- 59 Folha da Manhã (RE), 20/2/1951.
- 60 Relação do Secretariado de Agamenon Magalhães: Secretário do Governo, Orlando Moraes; Prefeito do Recife, Antônio Alves Pereira; Secretário dos Negócios do Interior e Justiça, José Joaquim de Almeida; Secretário dos Negócios de Saúde e Assistência Social, Orlando da Cunha Parahym; Secretário dos Negócios da Agricultura, Indústria e Comércio, Manuel Gomes Maranhão; Secretário de Viação e Obras Públicas, Gercino Malaqueta de Pontes; Secretário da Fazenda, Irineu de Pontes; Secretário de Cultura e Educação, João Arruda Marinho dos Santos; Secretário de Segurança Pública, coronel Roberto de Pessoa.
- 61 Folha da Manhã (RE), 1/2/1951.
- 62 Folha da Manhã (RE), 7/1/1/50.
- 63 Folha da Manhã (RE), 14/5/1951.

- 64 Folha da Manhã (RE), 26/1/52; 31/1/52 e 1/2/1952.
- 65 Folha da Manhã (RE), 23/2/1951.
- 66 Diário de Pernambuco (RE), 20/2/1952.
- 67 Folha da Manhã (RE), 3/5/1951.
- 68 Diário de Pernambuco (RE), 13/12/1950.
- 69 Folha da Manhã (RE), 20/12/1950.
- 70 Um exemplo bem sucedido desta política de pacificação defendida por Agamenon ocorre no município de Petrolina, onde ele consegue atrair a facção do coronel João Barracão, da UDN, para o PSD. Ver SEREJO, Tereza Cristina Leal de, 1979, p. 137-139.
- 71 Diário de Pernambuco (RE), 29/5/1951.
- 72 Diário de Pernambuco (RE), 1/3/1952
- 73 Diário de Pernambuco (RE), 6/3/1952.
- 74 LIMA FILHO, Andrade, 1976, p. 250.